

**Marco Antonio de
Abreu Scapini**

editora
**ZO
UK**

**DERRIDA, DESCONSTRUÇÃO
E DEMOCRACIA POR VIR**

**Marco Antonio de
Abreu Scapini**

**DERRIDA, DESCONSTRUÇÃO
E DEMOCRACIA POR VIR**

**Por uma crítica da violência
para além do medo**

editora

**ZO
UK**

**Marco Antonio de
Abreu Scapini**

**DERRIDA, DESCONSTRUÇÃO
E DEMOCRACIA POR VIR**

**Por uma crítica da violência
para além do medo**

Porto Alegre

1ª edição

2019

editora
**ZO
UK**

copyright © 2019 Marco Antonio de Abreu Scapini

Projeto gráfico e edição: Editora Zouk

Revisão: Tatiana Tanaka

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949**

S284d Scapini, Marco Antonio de Abreu

Derrida, desconstrução e democracia por vir: por uma crítica da violência para além do medo / Marco Antonio de Abreu Scapini. - Porto Alegre, RS : Zouk, 2018.

236 p. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8049-089-3

1. Filosofia. 2. Democracia. 3. Violência. 4. Medo. I. Título.

2019-1807

CDD 100

CDU 1

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100
2. Filosofia 1

direitos da edição reservados à

Editora Zouk

r. Cristóvão Colombo, 1343 sl. 203

90560-004 - Floresta - Porto Alegre - RS - Brasil

f. 51. 3024.7554

*Este trabalho é dedicado ao meu querido pai Marco Antonio Bandeira Scapini
(in memoriam), por tudo que me deixou.*

Agradecimentos

É difícil a tarefa de agradecer quando se deve ser justo a tudo o que nos fizeram, quando a responsabilidade assume uma dimensão de praticamente impossibilitar a tradução do que deve se agradecer. Mas, mesmo diante de tal impossibilidade, devo tentar responder à altura do que Ricardo Timm de Souza fez por mim. Num instante absolutamente singular, quase num momento de orfandade acadêmica, Ricardo me acolheu e incentivou lá em 2009, tendo sido a pessoa mais importante de toda a minha formação acadêmica, não apenas pelas orientações e pelo brilhantismo que lhe são próprios, mas, sobretudo por mostrar, dia a dia, como aquilo que é demandado como o mais radical e fundamental teoricamente se dá no aqui e agora de cada encontro cotidiano. Por tudo isso, posso dizer que construímos uma relação que se sobrepõe a qualquer institucionalidade. Onde quer que eu vá parar no por vir, serei absolutamente grato por ter vivido uma amizade infinitamente ética, jamais esquecendo a acolhida que me fez seguir passos inesperados.

Devo ainda agradecer, de maneira especial, a outro professor e amigo fundamental na minha trajetória. Salo de Carvalho foi quem fez despertar em mim o interesse acadêmico no início de uma graduação em direito. As suas pesquisas interdisciplinares, embora não estejam aqui citadas, estão presentes e de algum modo reverberam no trabalho. Se pude, de algum modo, exceder os limites institucionais do direito foi graças ao que Salo, enquanto educador, fez-me perceber sobre a violência. Poderia dizer que o presente trabalho é uma espécie de resposta a tudo o que estes dois professores me ensinaram. Ambos mudaram o meu caminho. Por isso e muito mais, meu muito obrigado.

O que se apresenta hoje tem a marca de muitos outros mestres que me auxiliaram numa caminhada de reflexões e pensamentos, daí porque devo agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, especialmente a Norman Madarasz, Thadeu Webber, Agemir Bavaresco, Draiton Gonzaga de Souza e Nhytmar Fernandes de Oliveira, e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS, em especial a Ney Fayet de Souza Júnior, Fábio Roberto D'Ávila, Aury Lopes Jr, Nereu José Giacomolli e Ruth Gauer.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) pelo auxílio indispensável para a pesquisa.

Aos professores que compuseram a banca examinadora – Dr. André Brayner de Farias, Dr. Fábio Caprio Leite de Castro, Dr. Helano Ribeiro e Dr. Marcelo Leandro dos Santos – por todas as críticas e sugestões realizadas no dia da defesa da presente tese.

Na árdua tarefa percorrida durante o doutorado e durante o período de escrita, dois amigos foram muito importantes. Daí meu muito obrigado especial a Grégori Elias Laitano, que acompanhou de perto praticamente todos os passos dessa trajetória, mantendo incessante diálogo com os temas aqui apresentados; Jerônimo de Camargo Milone, por tudo que fez por mim neste percurso, sobretudo no período em que me acolheu em Paris e pelo tempo que passamos juntos pesquisando no Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (Imec) em Caen.

Aos amigos Jeferson Luiz Dellavalle Dutra e Ricardo Jacobsen Gloeckner pelo incondicional apoio desde muito tempo.

A Cintia Voos Kaspary por me ensinar dia a dia um novo idioma e, assim, me apresentar um outro mundo.

Aos colegas e amigos com que pude compartilhar esta angustiante trajetória, mesmo que não saibam disso: Alexandre Costi Pandolfo, Alexandre Mansur de Freitas, André Neiva Lisboa, Arnaldo Rizzardo Filho, Augusto Jobim do Amaral, Bruna Bortolini, Conrado Curtz, Jair Tauchen, Eneida Cardoso Braga, Evandro Pontel, Ezequiel Vetoretti, Fernanda Osório, Gabriela Jaquet, Guilherme Stein Przybyllski, Gustavo Pereira, Jader Marques, Jonathan Fajardo, Luciano Mattuella, Manuela Sampaio de Mattos, Marçal Carvalho, Marcelo Caetano Guazzelli Peruchin, Marcus Mattos, Moyés Pinto Neto, Natália Girardi, Nelson Camatta Moreira, Pablo Ritzel, Rafael Amorim, Renata Guadagnin, Renata Floriano, Tiago Rodrigues e Thiago Fabres de Carvalho.

Além destes, Aramis, Nassif, Carlos Josias Menna de Oliveira, Henrique Osvaldo Poeta Hoenicke, Christiane Russomano Freire e José Miguel Pretto.

Aos queridos amigos Jorge Dias de Meira, Tadeu Dias de Meira, Tales Dias de Meira e Tiago Dias de Meira, Juan Bautista Ramada, Daniel Piendibeni

Ramada, Maria Ramada, Samir Nassif, Karina Marcanth Nassif, Laura Caringi Raupp, Guilherme Noll, Maria Júlia Boffil Felin e Marcelo Russovsky.

A Luiz Carlos Charão, Francisco Armando Ávila e Maria Cledir por tudo que já fizeram por mim.

A Marcus Vinicius Dellavalle Dutra e Felipe Müller Corrêa da Silva pela grande amizade.

Especialmente a Ronaldo Farina pelo apoio e confiança incondicional, mas principalmente por ter estado a meu lado quando mais precisei, motivos pelos quais serei sempre grato e devedor.

A Marialice Mendes Ribeiro Marçal e Flávio Norton Bernardes Marçal pelo apoio e cuidado permanentes.

A meus irmãos Rafael Scapini, Gabriela Scapini, Gianluca Scapini e Eduardo de Abreu Didolich.

A César Gomes Didolich por me acolher como um filho, e a meu querido tio José Mauro de Abreu.

A minha mãe Marlise Paz de Abreu e minhas outras mães Jussana Scapini e Maria Ignês de Vargas.

A meu avô, Arlindo Néelson Iranso Scapini (*in memoriam*), que descobriu na poesia um modo de viver.

E, por fim, a Paula Helena Schmitt, adorável companheira em todo esse percurso, que no instante de maior tremor na minha vida me estendeu a mão e não soltou mais. Para sempre minha gratidão.

Sumário

Apresentação

13

Prefácio – E, ainda, (a) pesar de

15

Nota de apresentação – Talvez uma apresentação

19

Introdução

23

1. A desconstrução como filosofia da margem

29

2. A herança derridiana e a questão da justiça

101

3. Por uma democracia por vir para além do medo

151

4. Confissões finais

223

5. Referências bibliográficas

227

Apresentação

O que se apresenta neste instante como livro é resultado de um estudo de mais de dez anos em torno da desconstrução do pensamento do filósofo franco-argelino Jacques Derrida, que se iniciou junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), entre os anos de 2008 e 2010, e culminou na tese de doutorado intitulada *Desconstrução e democracia por vir: por uma crítica da violência para além do medo*, defendida em março de 2018, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, aprovada com voto de louvor pela banca examinadora.

Por entendermos que o texto se constitui inteiramente como uma obra, optamos por manter a fidelidade ao que foi construído e apresentado como tese, seja na linguagem ou na própria forma de estruturação do trabalho, na medida em que da primeira até a última frase o esforço foi no sentido de manter uma tensão entre os pontos e os argumentos que foram e aqui são expostos. Os sentidos do texto, então, se mantêm em permanente construção, como se fossem passos descompensados desde o interior de um pensamento que se constitui como labirinto em suas próprias inscrições indecidíveis, não havendo qualquer fundamento para o autor a modificação do texto da tese, justamente pelo interesse em fazer aparecer a dimensão aporética e estética de um pensamento tão singular como o de Derrida. Nesse sentido, eventual modificação significaria muito mais um prejuízo ao texto e à sua potência do que algo que pudesse facilitar ou contribuir com o leitor.

É preciso ainda dizer que o presente trabalho possui de ponta a ponta uma inclinação interdisciplinar, mantendo-se em permanente tensão entre a filosofia, a literatura, a psicanálise e o direito. Todos os esforços que tivemos foram no sentido de apresentar possibilidades de desconstrução da violência desde o referencial do medo. Se isso impactar minimamente o entendimento do leitor, não apenas na compreensão do texto, mas na forma de perceber as dimensões mais íntimas do viver propriamente dito, desde uma necessidade fundamental, a *urgência* e a *loucura por justiça* que devem nos habitar e que habitam o mundo, teremos tido êxito.

Por fim, devo agradecer as contribuições de Ricardo Timm de Souza e Salo de Carvalho para a construção e realização do presente livro. O texto é, de algum modo, endereçado a vocês como resposta a tudo que fizeram por mim enquanto meus *professores*.

Porto Alegre, janeiro de 2019

Prefácio

E, ainda, (a) pesar de

Ricardo Timm de Souza

A cegueira é uma arma contra o tempo e o espaço. Nossa existência é uma única, imensa cegueira, exceção feita às poucas coisas que nos são transmitidas por nossos míseros sentidos, míseros por sua índole e por seu alcance. O princípio dominante do Cosmo é a cegueira. Ela permite a justaposição de coisas que seriam impossíveis se se vissem umas às outras. Possibilita a interseção do tempo onde este seria insuportável...

Elias Canetti

Hoje em dia, pensar também significa pesar.

Reyes Mate

No limiar da terceira década do jovem século XXI, a humanidade se vê mergulhada em uma atmosfera de onipresença da catástrofe. “Sintoma” é a palavra. A crise de fundamentos de um modelo civilizatório oriundo da modernidade, crise essa que se evidencia já pelo menos a partir de meados do século XIX em todos os âmbitos da percepção e da cultura, atravessa penosamente o esquizofrênico século XX e desemboca no apavorado presente com todas as suas sintomáticas expressões – essa crise está aos olhos de qualquer um que tenha olhos para ver e não tenha um medo paralisante do real. O que se anunciava seguidamente como crises de crescimento da civilização se expressa agora com a pantanosa eloquência de um anúncio do desastre perfeito. Por um lado, a degradação socioambiental que lança seus tentáculos da fossa das Marianas às camadas superiores da tênue proteção que permite a vida na Terra; o aquecimento global e suas insinuantes consequências em boa parte ainda desconhecidas dos modelos correntes de tabulação científica, colocando até mesmo esses em cheque; crises humanitárias que resistem à circunscrição em um determinado âmbito histórico-geográfico, espalhando-se pela Terra inteira em maior ou menor grau, de guerras tradicionais ou artificiais a tragédias climáticas e ecológicas. Por outro lado, o mote universal da predação paradoxal, no qual um ambiente finito – nossa frágil Terra – é tratada como se fosse reservatório infinito de recursos e iniciativas, numa declividade suicida. No centro da ação humana hegemônica, o tardo-capitalismo neoliberal contemporâneo, esse

colonizador impiedoso de consciências, fruto tardio da vontade de poder metamorfoseado em delírio de acumulação de dinheiro, da transformação da qualidade em quantidade e da vida em produtos consumíveis, do real no virtual, no âmago dos quais, por exemplo cristalino, poucas pessoas possuem mais recursos e bens do que bilhões de outras, como se isso fosse sustentável sem mais, num status geral enlouquecido de negação patológica das evidências do real, status esse cujas mais fundamentadas denúncias parecem não mais fazer do que dar mais razões para uma automanutenção idolátrica. Como coroa de Mamon (o que está acima de todos), vindos da ob-scena, surgem a perversão do desejo, a doença das sociedades, comunidades e relações, o adoecimento dos frangalhos do que sobrou da ideia de “indivíduo” moderno reduzido à sua verdadeira ínfima estatura, a depressão, a trágica incultura, a melancolização, a histeria e a paranoia: uma penosa sombra desamparada nos abismos da infelicidade, em a-gonia e devorada diuturnamente pelo medo. Como resposta desesperada a esse medo, o culto contínuo da efetiva religião contemporânea, um mergulho semiconsiente na ignorância voluntária, na massa indiferenciada e na servidão que ela significa, na voluntariedade de submissão aos fantoches de Mamon, os fakes onipresentes encarnando, todos, retornos desajeitados do Verdrängt, do recalçado, em figuras mais ou menos lustrosas e apelativas, cópias feitas em masse e destinadas a contextos e situações ad hoc, todos de dentes arreganhados num revival de ditadores bem conhecidos de um tempo não muito distante – e isso desde o grande Império às subalternas terras meridionais, com incursões inúmeras a lugares outros, sem limites. Totalidade enlouquecida.

Nesse circo de horrores, nesse *freak show* onipresente *sans trêve et sans merci*, na terra moribunda, como fica a chamada democracia liberal, se ainda é possível falar dela depois que “gestores” assumiram governos de países tão importantes como a Itália, no tempo recente de Mario Monti?

Dois caminhos são evidentes. Ou ocorre o enorme e inglório esforço final de recolher ainda os salvados, tentar localizar e preservar o que ainda não implodiu das boas ideias e promessas de felicidade da modernidade e dos ideais democráticos, e, ainda por cima, num último ímpeto, adaptá-los aos novos tempos e crescentes necessidades – é o que faz a imensa maioria das teorias da filosofia política ancoradas na tradição hegemônica da filosofia *tout court* com todo o seu corolário de ciências aplicadas – da sociologia ao direito, das relações internacionais à economia política com alguma consciência de si própria –, se é que ainda se pode falar em algo como isso.

Ou se envereda radicalmente pelo ainda não, desde a inspiração de outro lugar. É exatamente isso que pretende o autor deste livro muito importante, em

suas próprias palavras: “o sentido do presente texto e para o qual todas as análises se dirigem (é) fazer todo o possível para que, através daquilo que chamamos desconstrução, o por vir esteja ainda no alcance de um desejo [...], assim como a loucura por justiça que move de ponta a ponta a desconstrução”.

Nada mais que um desejo. O Desejo. A desconstrução como obra infinita de encontro com a presente totalidade em desagregação. Como o presente livro mostra claramente, o arsenal crítico para que tal se realize é imenso. Está à disposição, cada vez mais presente às consciências, à essência do estranho julgar que *krinein* significa, da sobrevivência ao insuportável que ser intelectual significa, hoje.

Salvará um livro o mundo? Não. Nunca. Como o Dichter de Canetti, também não impedirá a guerra. Porém, o tempo ainda não acabou, de modo que talvez salve uma vida. E sabemos bem desde sempre que “quem salva uma vida salva o mundo inteiro”.

Porto Alegre, novembro de 2018

Nota de apresentação

Talvez uma apresentação

Salo de Carvalho¹

É impossível falar sobre Marco Antônio de Abreu Scapini sem marcar, desde o princípio, nossa relação afetiva. Somos amigos muito antes de pensar em academia. Nossa amizade é legado. Herança da profunda amizade dos nossos pais. E nossa parceria, sempre a partir dos referenciais da teoria e da criminologia críticas, também é, inevitavelmente, um desdobramento da militância dos nossos pais. Marco Antônio Bandeira Scapini e Amilton Bueno de Carvalho protagonizaram, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, um dos mais vivos movimentos da crítica jurídica nacional: o Movimento do Direito Alternativo. Desde o interior de um campo extremamente conservador, na maioria das vezes reacionário, que é o Poder Judiciário, Marco e Amilton, junto com outros juízes sediciosos, como Rui Portanova, Henrique Hoenicke, Aramis Nassif e Márcio Pugina, construíram um movimento prático-teórico que visava, acima de tudo, à garantia de direitos para as maiorias marginalizadas. Em um país extremamente desigual como o Brasil, os “juízes alternativos” lutavam – e seguem lutando – por aquilo que podemos definir como Justiça Social. Esse compromisso com os “vencidos da história” (Benjamin) é, inegavelmente, uma herança transmitida, um fruto direto da indignação dos nossos pais com a violência cotidiana que um sistema econômico bárbaro exerce contra a massa de miseráveis que cresce vertiginosamente e que é assassinada nas periferias ou enclausurada nestes campos de concentração pré-modernos que chamamos de presídios. No delírio surrealista que se tornou o cotidiano das pessoas marginalizadas nos países do capitalismo periférico, os encarcerados são os “restos humanos” que sobreviveram ao massacre que a juventude brasileira, especialmente a juventude negra das periferias, sofre no dia a dia. A prisão e o manicômio são os pontos finais de uma política criminal sacrificialista regida pelo racismo sistêmico e estrutural no qual os “presos são quase todos pretos; ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres”, como cantaram Caetano e Gil em “Haiti”. Mas a clausura imposta aos condenados não significa uma “alternativa bem-sucedida” ao extermínio. Se Vilma Reis afirma “quem não é preso, já foi morto”, isso não significa que os sobreviventes estejam “salvos” em clausura.

1 Professor de Direito Penal e Criminologia da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ).

Pelo contrário, seguem submetidos diariamente às mais radicais formas de sofrimento. Sofrimento que é legitimado pelo direito, por uma ciência jurídica que, em sua construção dogmática, fornece arditosamente os discursos de sustentação e, ao mesmo tempo, de ocultação da violência programada que se renova a todo instante nos procedimentos burocráticos do Judiciário. Construção dogmática do direito que, no campo das ciências criminais, encontra oposição apenas na crítica, em sua tarefa de Sísifo, que é a do desmascaramento dos discursos de justificação do injustificável, ponto de partida e ponto de chegada da razão arditosa:

sua violência é adocicada; justifica o injustificável, legitima o ilegítimável a partir da seiva argumentativa que destila desde a profundidade de seus interesses estratégicos [...]; mas sua subsistência depende de sua simultânea habilidade em escamotear tanto suas razões reais quanto suas reais finalidades, ou seja, em escamotear a realidade, aquilo que dá o que pensar: a quantificação violenta do mundo e a anulação do tempo, ou seja, a redução do outro ao mesmo. (SOUZA, 2010b, p. 111-112).

Os delírios da dogmática jurídica nos foram revelados por nossos pais antes mesmo da chegada à Faculdade de Direito. Assim como eu, Marco Antônio de Abreu Scapini sentiu a indignação contra as injustiças produzidas pela racionalidade jurídica nas conversas do dia a dia familiar e nos encontros das famílias dos “juízes alternativos”. E foi em um desses encontros, em algum momento que não consigo precisar, que nos conhecemos e passamos a conviver como filhos dos nossos pais. Eu mais velho, “Quinho” mais novo. O tempo passou. Fui estudar fora de Porto Alegre. O Movimento do Direito Alternativo perdeu o vigor e o debate migrou, nas ciências criminais, para o garantismo. Nesse momento, de meados para o final dos anos 1990, Marco Antônio Bandeira Scapini tornou-se juiz da Vara de Execuções Criminais, uma experiência profissional marcante, uma abertura talvez inédita na prática judicial em nome dos direitos dos presos, o que, ao acompanhar de perto, me ajudou muito a pensar o objeto da minha tese de doutoramento. Na volta do doutorado, retomo as aulas na PUCRS e, algum tempo depois, ao longo da primeira década deste milênio, reencontro Marco Antônio de Abreu Scapini em sala de aula: Quinho havia entrado na Faculdade de Direito e eu era o professor de Direito Penal da sua turma. Leciono na graduação em Direito desde 1995; integrei o corpo docente de duas universidades confessionais e três federais; e a primeira turma da qual fui paraninfo foi a do Marco Antônio de Abreu Scapini. E isso, longe de ser uma decorrência da nossa relação afetivo-familiar. Não receio dizer que aquela turma foi uma das mais marcantes da minha trajetória acadêmica na graduação, pela amizade que já estava instalada (Quinho, logicamente), e por todas que ali seriam construídas. Ao acompanhar sua trajetória

acadêmica, tive a oportunidade de presenciar o desenvolvimento pessoal (o mais correto seria o “desabrochar”) de intelectuais que hoje admiro sem ressalvas e que, sem exagero, se tornaram meus professores: Marco Antônio de Abreu Scapini, em seu mergulho na desconstrução e nas possibilidades da democracia em Derrida; Manuela Sampaio de Mattos, em sua interlocução de Benjamin com a psicanálise; Alexandre Costi Pandolfo, em sua leitura da estética adorniana da obra de Thomas Mann; Grégori Elias Laitano, em sua exploração da temporalidade e da pluralidade de sentidos em Levinas. Todos os quatro colegas de turma carregam uma mesma bagagem acadêmica: iniciaram suas investigações na criminologia crítica e alcançaram maturidade intelectual na filosofia. Tive o privilégio de ajudá-los no início da trajetória, apontando alguns caminhos possíveis, mostrando algumas rupturas necessárias. Os afilhados cresceram e criaram asas. E foi pelas mãos de Ricardo Timm de Souza – igualmente meu mestre – que os quatro estudantes de direito ultrapassaram as fronteiras frias do saber dogmático e conquistaram a maturidade intelectual que os qualifica, hoje, como acadêmicos de primeira linha. Marco Antônio de Abreu Scapini já havia demonstrado sua capacidade de análise criminológica na dissertação de mestrado, *Criminologia & desconstrução: um ensaio*, sua primeira exploração do pensamento de Derrida. A alternativa após o mestrado pareceu evidente: migrar das ciências criminais para a filosofia, de forma a mergulhar com radicalidade nas possibilidades abertas pela desconstrução. E se o fascismo é marcado pela exploração do medo em todas as suas dimensões, Marco Antônio de Abreu Scapini encontrou em Derrida o pensamento pulsante que permite a crítica radical da violência para além do medo; crítica que desnuda, sem os tradicionais pudores dogmáticos, as diversas expressões da violência cotidiana que se concretiza na eliminação do outro; crítica que oferece uma desconstrução do político na busca de uma democracia por vir. Ao invocar a desconstrução como filosofia da margem, Marco Antônio de Abreu Scapini coloca o medo no centro do problema da justiça; medo que precisa ser superado (desconstruído); medo que é um dos principais obstáculos à democracia por vir; medo que devemos, ao fim e ao cabo, superar em nós mesmos. O enfrentamento do medo, da violência e das injustiças, temas centrais do trabalho, se inscreve no compromisso com os “vencidos da história”; compromisso herdado de Marco Antônio Bandeira Scapini. Não por outra razão, Marco Antônio de Abreu Scapini alia à profunda reflexão acadêmica a militância nas trincheiras do campo jurídico: espaço de exploração do medo e de legitimação da violência programada. E é nesta dupla jornada, acadêmica e profissional, que, vez mais, nos encontramos. No fechamento desta quase apresentação, os versos (significativamente alterados) do poeta parecem assinar a nossa história em comum: “se há perigo na esquina/ se eles realmente venceram/ e se o sinal está

fechado pra nós, que somos jovens/ a dor é perceber que apesar de termos feito tudo, nossas lutas ainda são as mesmas/ seguimos os mesmos sonhos/ e vivemos como os nossos pais”.

Rio de Janeiro, dezembro de 2018

Introdução

O presente trabalho pretende apresentar uma análise crítica daquilo que se concebe como democracia na atualidade. Em verdade, seguindo os rastros do pensamento e da obra do filósofo franco-argelino Jacques Derrida, buscamos ferramentas teóricas e críticas para aquilo que se encontra aí presente como político, ou ainda, com o nome *democracia*. Assim, desde o legado filosófico de Derrida, pretende-se tentar oferecer uma desconstrução do político para aquilo que o filósofo chama de *democracia por vir*. Trata-se, portanto, menos de uma conceitualização ou definição daquilo que democracia pode querer dizer, e mais daquilo que podemos entender em Derrida como um imperativo categórico, ou seja, fazer todo o possível para que o por vir continue aberto. É esse, então, o sentido do presente texto e para o qual todas as análises se dirigem, ou seja, fazer todo o possível para que, através daquilo que chamamos desconstrução, o por vir esteja ainda no alcance de um desejo, mesmo que impossível, assim como a loucura por justiça que move de ponta a ponta a desconstrução.

Na tarefa que assim nos propomos, iniciamos num primeiro passo fundamental pelos labirintos de inscrições, bem como pelas operações textuais de Jacques Derrida, que marcam aquilo mesmo que é de interesse do autor, ou seja, renunciar à ideia de uma origem possível de se estabelecer como absoluta, assim como a de um *telos* previamente assinalável. Daí porque o conjunto dos textos de Derrida opera como disseminação que resiste e explode o controle semântico e linguístico de seus sentidos. É a própria questão do sentido que é colocada em questão desde a análise da herança da tradição realizada por Derrida, de modo a rasurar e desconstruir os velhos nomes de uma metafísica da presença que se impõe como processo de totalização da realidade propriamente dita. Nesse sentido, tentando manter uma fidelidade ao pensamento do autor, que nos oferece os subsídios e recursos para que o presente trabalho dê os seus próprios passos, percorremos na primeira seção o conjunto de indecidíveis derridianos, de modo a apresentar uma espécie de tradução do que pode, talvez, significar a desconstrução. Assim como a figura do labirinto, os indecidíveis marcam a expressão do estilo da desconstrução, onde os caminhos nunca estão já determinados, mas sim, a cada vez, em vias de se construir. Os indecidíveis marcam ainda um estilo de pensamento que se constitui como o pensamento da aporia, lugar próprio da indecidibilidade. A indecidibilidade, portanto, não deve ser lida como um simples obstáculo ou, ainda, como uma espécie de paralisia crítica, mas sim como a própria condição da decisão e de apostar no por vir que pode acontecer no trabalho crítico da tradição.

Trata-se, assim, de ler a tradição de outro modo, ou seja, de reinscrever com algo de próprio, ou com a sua assinatura, aquilo mesmo que é herdado pela tradição filosófica, na tentativa de fissurar ou de buscar uma saída *im-possível* do sistema hegemônico da metafísica.

Além disso, desde este outro modo de leitura oferecido e apresentado por Derrida, percorremos as fronteiras do filosófico, do literário, do poético e do jurídico, de modo a estremecer as fronteiras institucionais marcando a própria aporia de se decidir sobre o pertencimento do texto de Derrida, sobretudo, no filosófico ou no literário. O trabalho da desconstrução consiste exatamente nisso, fazer tremer o instituído, não admitindo qualquer aparente estabilidade. A fidelidade a cada singularidade, a cada instante de aqui e agora, faz da desconstrução algo que não apenas reivindica o tremor, mas que também faz tremer as coisas, os lugares, a língua e tudo o mais que pode ser compreendido como instituição. A desconstrução é a expressão de um terremoto, nada resta a salvo, nada fica absolutamente seguro, e é justamente aí que se começa a pensar na perspectiva da desconstrução. Daí porque a figura da *ruína* assume uma importância marcante no pensamento derridiano, além de marcar a nossa finitude, diante dos escombros da existência, também expressa o fato de que os caminhos estão sempre por se construir.

Começar a pensar desde este terremoto, sem qualquer recurso auxiliar, aí está a nossa responsabilidade, a condição e a impossibilidade da nossa responsabilidade. A responsabilidade é também a expressão da singularidade de, a cada vez, ter que decidir e responder ao chamado do outro, o que faz dela também algo secreto. A responsabilidade está para além de mim, advém do outro, o que marca a heterogeneidade e faz da responsabilidade algo hiperbólico. Temos, então, um outro modo de compreender a responsabilidade que nos impõe o dever de ir além dos limites do possível e do calculável. É essa a responsabilidade que atravessa todas as linhas que se seguirão no presente texto. Dessa responsabilidade vinda do outro é que há a possibilidade de um por vir, tendo implicações fundamentais na possibilidade mesma de uma outra configuração do político.

Marcamos no primeiro passo, de forma recorrente, os desdobramentos do pensamento de Jacques Derrida com acontecimentos biográficos, inclusive da infância do autor, pois acreditamos que tais acontecimentos marcaram profundamente as análises que viriam posteriormente, sobretudo sobre as questões entre a língua e o colonialismo (expostas em *O monolinguismo do outro*) e os desdobramentos culturais e políticos dessas experiências, que afetaram profundamente a própria percepção daquilo que se pode compreender por racionalidade. Tais experiências traumáticas deixaram em Derrida feridas abertas e cicatrizes em que o sofrimento tornou-se uma espécie de combustível ao longo do seu incansável

trabalho filosófico, sendo um dos grandes pensadores da diferença, algo que habita o núcleo de todo o trabalho da desconstrução. Além disso, a sua condição de ter nascido à margem da Europa – desde sempre considerado o centro da civilização – o fez sentir na própria carne violências de toda ordem. O trabalho de Derrida, nesse sentido, pode ser lido como uma espécie de resposta aos traumas e aos sofrimentos vividos, ainda que não se possa fazer uma genealogia ou linha direta entre os acontecimentos experienciados e as reflexões posteriores.

A relação com a língua sempre foi algo turbulento para Derrida, principalmente após as experiências vividas na Argélia ocupada pela França, em que a língua árabe, que deveria ser própria daquele lugar, se viu interdita. Daí advém uma experiência estranhamente familiar e inquietante sobre a relação entre o território e a língua. Nada é, portanto, natural, o que tem implicações diretas sobre as questões de nacionalismo, tão urgentes na atualidade numa perspectiva política e humanitária, como é o exemplo dos apátridas e dos refugiados ao redor do mundo. Nesse sentido, procuramos demonstrar como não se pode se apropriar de uma língua, sendo sempre *mais de uma*, pois a língua que se herda é sempre inapropriável. Daí o porquê de a desconstrução ser definida como *mais de uma língua*, pois o seu movimento é de uma incessante *ex-apropriação*, impossibilitando qualquer hipótese de identificação. Esta é a estrutura daquilo que chamamos desconstrução, pois seu movimento disseminado não se deixa apreender.

Desse modo, nos coube ainda percorrer o movimento da *différance* para demonstrar como se dá a produção de sentido da desconstrução através do duplo gesto que se lê pelo *double bind*, marcando a própria impossibilidade de um sentido plenamente presente. A textualidade derridiana, nesse sentido, se dá como uma dissonância múltipla, o que permite fissurar a textualidade herdada, de modo a fazer que o sentido esteja sempre por vir. O *a* silenciosamente presente na palavra *différance* opera desconstruindo a autoridade de um discurso. Abre-se uma desordem na gramática e na textualidade tradicional, numa espécie de apocalipse sem apocalipse, e que marca a própria ideia de texto em Derrida, quando se afirma que *não há fora do texto*. Trabalhamos, então, para demonstrar que há uma errância espectral das palavras, a fim de fundamentar o que virá na última parte do trabalho na análise sobre os *espectros de Marx*.

Assim, ao fim da primeira seção, procuramos demonstrar ainda como o movimento da desconstrução se dá *au bord du métaphysique*, não tendo lugar propriamente demarcável, nem sequer uma origem ou última instância, daí porque, ao incidir no limite do metafísico, mantém as bordas em movimento. Esse movimento incisivo da desconstrução escapa ao jogo dialético, pois coloca em cena, justamente, o que ela não governa. A *différance* é ela mesma fantasmática, o

que impossibilita também a apreensão por uma estrutura ontoteológica. Por não ser *nem isto nem aquilo*, abre-se a possibilidade de desconstrução da estrutura violenta das hierarquias impostas pela tradição. Pela iterabilidade, deslocam-se as bordas e os limites do metafísico. Dessa maneira, desde os rastros derridianos, contra-assinamos o texto derridiano reafirmando a desconstrução como uma filosofia da margem que faz todo o possível para evitar todos os riscos totalitários, estando também à margem da filosofia.

No segundo passo, após o suplemento de um longo passo inicial, direcionamos estrategicamente o texto para a questão da herança derridiana, marcando a tarefa e a responsabilidade do herdeiro em relação àquilo que é herdado, cujo dever é contra-assinar a herança deixando a sua marca singular no que é recebido sem escolha. A força da herança é tamanha em Derrida que o filósofo nos deixa como legado que devemos pensar a vida através da herança, e não o contrário. Nesse sentido, por entendermos que a questão da justiça é a mais fundamental entre todas as questões derridianas, pois é dela que advêm os desdobramentos temáticos do texto de Derrida em todos os sentidos, propomos uma leitura da justiça de modo a direcionar o que se articulará na última seção como democracia por vir. É a loucura por justiça, em termos kierkegaardianos, que move a desconstrução e que estrutura a democracia como algo sempre prometido, que não se presentifica enquanto tal, e que deve permanecer aberta ao outro, ou seja, à justiça. Nesse passo, a questão da justiça é atravessada por questões fundamentais como a da hospitalidade incondicional.

No terceiro passo, buscamos em *Espectros de Marx* os subsídios necessários pra apresentar aquilo que se pode compreender como democracia por vir, incluindo a perfectibilidade e a inadequação da própria democracia, deixando a nossa marca, a nossa assinatura, naquilo que se propõe mesmo como tese, ou seja, *a desconstrução do medo como possibilidade mesma do por vir*. Se o medo de algum modo estruturou a fundação das democracias liberais modernas, estamos diante do colapso do que foi instituído, onde uma espécie de apropriação do medo é rearticulada como totalidade da realidade mesma. Nessa estrutura podemos nominar o cenário biopolítico que nos governa e impõe os limites rigorosos e violentos à existência, de modo que a própria imaginação política é obliterada por um assujeitamento permanente. Daí porque a necessidade de passarmos por uma etapa de crítica contra a violência dessa estrutura, enfrentando o que pode ser ancestral em nós mesmos, justamente, o medo. Não desconhecemos as conquistas históricas, mas a crise abissal que ronda o nosso tempo demanda um gesto radical em relação ao modo de existir propriamente dito, sendo necessário correr todos os riscos para que o *por vir* possa se abrir. A coesão entre a primeira e a última linhas do presente

texto está, justamente, em desconstruir o medo ancestral da diferença propriamente dita, além de exigir e enfrentar o medo daquilo que não podemos conhecer, que se dá enquanto alteridade absoluta no por vir. Devemos caminhar como cegos, mesmo não enxergando, devemos estender as mãos à frente e darmos o primeiro passo. O restante... o restante é por vir.

“O sentido do presente texto e para o qual todas as análises se dirigem (é) fazer todo o possível para que, através daquilo que chamamos desconstrução, o por vir esteja ainda no alcance de um desejo [...], assim como a loucura por justiça que move de ponta a ponta a desconstrução”.

Nada mais que um desejo. O Desejo. A desconstrução como obra infinita de encontro com a presente totalidade em desagregação. Como o presente livro mostra claramente, o arsenal crítico para que tal se realize é imenso. Está à disposição, cada vez mais presente às consciências, à essência do estranho julgar que *krinein* significa, da sobrevivência ao insuportável que ser intelectual significa, hoje.

Salvará um livro o mundo? Não. Nunca. Como o Dichter de Canetti, também não impedirá a guerra. Porém, o tempo ainda não acabou, de modo que talvez salve uma vida. E sabemos bem desde sempre que “quem salva uma vida salva o mundo inteiro”.

(Ricardo Timm de Souza)

